

JORNAL DO

# Federal



Conselho  
Federal de  
Psicologia

Ano XXVII, nº 114 - Dezembro 2016

**Os números das  
eleições do Sistema  
Conselhos de  
Psicologia**

pág. 12

**A história e os  
desafios da Psicologia  
da Aviação no Brasil**

pág. 13

**Quebra de sigilo  
para combate ao  
feminicídio**

pág. 15

**Trabalho, ética  
e normas na era  
das tecnologias de  
comunicação**

pág. 08

# RETROCEDER JAMAIS

**A Psicologia em defesa da democracia**

## Olá,

No último Jornal do Federal de 2016, o 16º Plenário se despede após três anos de intenso trabalho em prol de duas agendas da Psicologia. Na primeira, buscamos pautar o Exercício Profissional do ponto de vista do trabalho, do fazer daquelas e daqueles que se ocupam em levar adiante uma profissão ainda por demais precarizada e aviltada quanto aos seus direitos básicos. Nesta edição, esse eixo é representado em matérias como a que conta sobre as articulações feitas recentemente pelo Conselho para aperfeiçoar ampliar a presença da avaliação psicológica nos procedimentos ligados à habilitação de condutores, além de artigo que discute os impactos das novas tecnologias no exercício profissional.

A segunda grande agenda, a Psicologia na Sociedade, representa

uma forma de discutir e apresentar as contribuições que a ciência e a profissão psicológica podem e devem trazer para a nossa sociedade, buscando sempre uma perspectiva de desenvolvimento solidário, sustentável e em defesa da justiça social e dos direitos humanos. Esses debates também são refletidos aqui, como no texto que explicita a importância da orientação profissional de quebra de sigilo em caso de vulnerabilidade extrema relacionada à violência contra a mulher, e em matéria sobre o reconhecimento, por parte do STF, da representatividade do CFP para atuar na Justiça em causas ligadas a orientação sexual e/ou identidade de gênero.

Todavia, diante da conjuntura política do nosso país, não nos furtamos ao dever de nos posicionar em relação ao que se passa na so-

riedade brasileira. Assim já o fizemos, em nota que explicitou que as decisões tomadas pelos acordos políticos dos que deveriam nos conduzir a um cenário de estabilidade estavam, em realidade, levando-nos ao encontro de uma provável tragédia social e política. Infelizmente, estávamos corretos. A crise em que hoje estamos mergulhados não provém de problemas meramente econômicos, trazidos à tona por representações políticas e pela nossa mídia parcial, retrógrada e reacionária. Trata-se do retorno da opressão sobre os que sempre tiveram menos direitos, da retirada de conquistas trabalhistas, do aumento discriminação racial e da violência em relação às mulheres, da imposição de religiões, da criminalização de crianças.

O grande mote da reação conservadora em curso não se insere na

economia e na moralidade política, mas na não aceitação dos avanços das conquistas das mulheres, dos pobres, da população LGBT, dos negros, das crianças e adolescentes de nosso país nos últimos anos.

Não nos furtaremos ao dever de denunciar o que se passa neste instante histórico em nosso país. Nesse sentido, apresentamos também algumas publicações que pretendem contribuir para o avanço de nossa democracia, como “O Louco Infrator e o Estigma da Periculosidade” e “Aborto e (Não) Desejo de Maternidade(s): Questões para a Psicologia.

Ao mesmo tempo que agradecemos e encerramos esta gestão do CFP, reiteramos nossa posição contrária ao golpe dos homens brancos, ricos e hipócritas que hoje querem fazer o Brasil mergulhar nas trevas.

## Criação de novas comissões marcou o último triênio do CFP

Instâncias buscaram assessorar e orientar a categoria em diferentes temas. Jornal do Federal faz um balanço das atividades

A partir do Planejamento Estratégico Plurianual (PEP) do 16º Plenário do CFP, que indicou a formação de comissões em diversas áreas da Psicologia, grupos de profissionais se organizaram para estudar, assessorar e orientar a categoria em diferentes temas durante o triênio 2014-2016.

Como resultado, cinco novas comissões passaram a funcionar na autarquia, dando vazão às demandas, dúvidas e questões levantadas pelas(os) profissionais. Juntaram-se às comissões já existentes – a de Avaliação Psicológica e de Direitos Humanos – as novas instâncias que trabalharam com os temas de Gestão de Riscos e Desastres, Educação, Assistência Social, Psicologia Jurídica e Psicologia do Trânsito.

Apresentamos a seguir um balanço dos trabalhos dessas instâncias nos últimos três anos. Confira.

### Comissão de Psicologia na Gestão Integral de Riscos e de Desastres

A importância da atuação da (o) psicóloga (o) na gestão de situações de emergência e desastres já foi abordada em edições anteriores do Jornal do Federal. A Comissão Nacional do CFP que estuda e trabalha com essa temática realizou diversas atividades com o objetivo de fomentar e orientar os profissionais no tema.

Em parceria com os Conselhos Regionais, foram realizadas oficinas em diversas capitais do país. Na região Sudeste, a Comissão comemora a realização de uma oficina por estado. Dez módulos de um curso disponível na plataforma OrientaPsi e a elaboração de uma nota técnica com diretrizes sobre a atuação de psicólogos nesse campo comple-



Crédito: Ascom CFP



Ano XXVII, nº 114 - Dezembro 2016

SAF SUL, Quadra 2, Lote 2, Bloco B,  
Ed. Via Office, Térreo, sala 104  
CEP: 70.070-600 - Brasília/DF Brasil  
Fone: (61) 2109-0100 - FAX: (61) 2109-0150  
www.cfp.org.br

f /conselhofederaldepsicologia  
@cfp\_psicologia

#### DIRETORIA

Rogério de Oliveira Silva  
Presidente  
Meire Nunes Viana  
Vice-Presidente  
Maria da Graça Corrêa Jacques  
Tesoureira  
Vera Lucia Morselli  
Secretária

#### CONSELHEIROS EFETIVOS

Madge Porto Cruz  
Sergio Luis Braghini  
Roberto Moraes Cruz

Lurdes Perez Oberg  
Secretária Região Sudeste  
Dorotêa Albuquerque de Cristo  
Secretária Região Norte

#### PSICÓLOGOS CONVIDADOS

Nádia Maria Dourado Rocha  
Rosano Freire Carvalho

#### CONSELHEIROS SUPLENTE

Viiviane Moura de Azevedo Ribeiro  
João Carlos Alchieri

Roberto Moraes Cruz  
Suplente Região Sul

#### PSICÓLOGOS CONVIDADOS SUPLENTE

Jefferson de Souza Bernardes

#### COLETIVO AMPLIADO

Ana Maria Jacó-Vilela  
Memória da Psicologia  
Bárbara de Souza Conte  
Psicoterapia  
Carla Andréa Ribeiro  
Assistência Social  
Luciana Ferreira Ângelo  
Psicologia do Esporte e da Atividade Física  
Marco Aurélio Máximo Prado  
Direitos Humanos  
Raquel Guzzo  
Educação e Assistência Social  
Rodrigo Tôrres Oliveira  
Psicologia Jurídica  
Silvia Koller  
Relações com a BVS-PSI  
Tânia Grigolo  
Saúde Mental  
Vera Paiua  
Direitos Humanos

#### COORDENADOR GERAL

José Carlos de Paula

#### COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Maria Goes de Mello

#### JORNALISTA RESPONSÁVEL

Maria Goes de Mello  
(MTB 9088)

#### REPORTAGEM

André Martins de Almeida  
Gisele Barbieri  
Maria Goes de Mello  
Pedro Biondi  
Silvia Alvarez

#### REVISÃO

Maria Goes de Mello  
Pedro Biondi

#### ARTES

Marcelo Coutinho  
Marcos Cavalcante Nobre

#### FOTO CAPA

Marianna Cartaxo | Mídia NINJA

#### PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO





livro “Psicologia Escolar: que fazer é esse?” (saiba mais na página 11).

As coordenadoras Meire Nunes e Raquel Guzzo fazem um balanço positivo dos trabalhos, apontando como principal contribuição a ideia de que o profissional da Psicologia pode efetivamente contribuir com a melhoria da educação brasileira, indo além do papel da assistência psicológica.

### Comissão Nacional de Psicologia na Assistência Social - Conpas

Conforme o Censo Suas 2013, realizado pelo Ministério de Desenvolvimento Social, 22.882 psicólogas (os) atuam na política de assistência social em todo o país, considerando os serviços em unidades públicas estatais e gestão do Sistema Único de Assistência Social (Suas).

O compromisso com esse número expressivo de psicólogas (os) que atuam na Assistência Social resultou na criação da Comissão, cujos esforços para acolher as dúvidas e inquietudes da categoria envolveram a produção de dez debates online e em um curso introdutório à Política de Assistência Social, disponível na plataforma OrientaPsi. Além disso, diversos materiais sobre o tema foram reunidos no site [www.conpas.cfp.org.br](http://www.conpas.cfp.org.br).

O acúmulo das discussões deu forma ao 3º Seminário Nacional de Psicologia na Assistência Social, com o tema “Exercício profissional e avanços ético-políticos”, realizado nos dias 22 e 23 de agosto deste ano. As atividades regulares de representação do CFP no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e no Fórum Nacional de Trabalhadores do Suas (FNTSuas) também fizeram parte da agenda da Comissão.

De acordo com o coordenador Enrico Braga, os principais temas abordados nas atividades desenvolvidas foram a formação profissional, a produção e elaboração de documentos, a interdisciplinaridade, as relações com o sistema de Justiça e a reformulação dos parâmetros

de atuação das e dos profissionais da Psicologia no âmbito do Suas. Este último tema deu origem à Nota Técnica 1/2016 – Conpas/CFP – documento elaborado a partir de consulta pública que contou com a participação de mais de 550 profissionais de todas as regiões do país. A versão final do documento com os novos parâmetros para atuação no Suas está prevista para ser publicada ainda em dezembro.

Braga avalia que, em tempos de retrocesso de direitos nos campos das políticas públicas, “é fundamental a continuidade e a permanência de discussões e trabalhos que certamente resultarão em orientações e iniciativas fiscalizatórias mais assertivas e, principalmente, articuladas à especificidade da atuação profissional dos psicólogos no Suas”.

de Psicologia Jurídica foi um marco importante para a categoria, pois permitiu um importante espaço de interface da profissão com o Direito – um dos campos teóricos e práticos mais antigos, em que hoje atuam milhares de psicólogas (os).

Um trabalho de destaque realizado conjuntamente com a Comissão de Direitos Humanos (CDH) da autarquia foi a inspeção de mancomunios judiciais de 17 unidades da Federação e do Distrito Federal, que resultou na publicação de um livro em parceria com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Associação Nacional do Ministério Público em Defesa da Saúde (Ampasa), e na realização do seminário “A Desconstrução da Lógica Manicomial: Construindo alternativas”.

A Comissão também se engajou em temas como a redução da maioridade penal, sistema prisional, medidas socioeducativas e o estigma da periculosidade do louco infrator – este último também transformado

em livro. O acúmulo das discussões se concretizou em publicações, debates online, seminários e na construção de pareceres técnicos em resposta a demandas dirigidas ao CFP neste área.

### Comissão de Psicologia Jurídica

“Todas as pautas, pareceres, livros, relatórios, participações em eventos, debates, audiências públicas etc. tiveram sempre a exigência do compromisso da Psicologia e de suas práticas com os Direitos Humanos e a promoção de uma cidadania inclusiva e participativa”, apontou Tórreres.

em livro. O acúmulo das discussões se concretizou em publicações, debates online, seminários e na construção de pareceres técnicos em resposta a demandas dirigidas ao CFP neste área.

“Todas as pautas, pareceres, livros, relatórios, participações em eventos, debates, audiências públicas etc. tiveram sempre a exigência do compromisso da Psicologia e de suas práticas com os Direitos Humanos e a promoção de uma cidadania inclusiva e participativa”, apontou Tórreres.

### Avaliação Psicológica - CCAP

Em atividade desde 2003, a Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica ganhou uma programação inédita neste ano: palestras itinerantes, nas cinco regiões do país, debateram a avaliação psicológica no Brasil, o papel da CCAP e assuntos referentes ao Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (Satepsi). Gratuitas e abertas a toda a categoria, as atividades ocorreram em Belém, Brasília, Salvador e Florianópolis.

Também inéditas foram as reuniões realizadas com editoras de materiais psicológicos. O primeiro encontro, em setembro de 2015, foi um momento importante para discutir questões relacionadas ao uso profissional de instrumentos psicológicos e à modernização de normas e critérios técnicos associados tanto à utilização quanto a comercialização desses materiais. Na segunda reunião, realizada em julho de 2016, a atualização de normas sobre testes psicológicos foi um dos principais assuntos debatidos, além de solicitações de Conselhos Regionais quanto à distribuição de normas, a venda de livros de tabelas normativas e as dúvidas da categoria quanto ao seu uso.

Em 2014, a CCAP acompanhou o desenvolvimento do novo Sistema de Testes Psicológicos – Satepsi, lançado em novembro de 2013. A ferramenta apresenta agora maior interatividade com a categoria, editoras e sociedade, por meio do uso de conceitos modernos de visualização e práticas para emissão de pareceres e relatórios eletrônicos. Com isso, busca-se agilidade e qualidade no acompanhamento das avaliações e consulta aos testes psicológicos.

No triênio 2014-2016, foram recepcionados 29 testes para avaliação no Satepsi. Entre eles, dezesseis receberam parecer favorável, doze foram considerados desfavoráveis, e dois continuam em análise.

Resoluções, emissão de pareceres e notas técnicas também constituíram o dia a dia dos trabalhos da Comissão. Destacamos a Nota Técnica 2/2016, referente a testes psicológicos em ambiente virtual. O texto recomenda a adoção de cuidados referentes a integridade, sigilo e atenção aos direitos do usuário na utilização de resultados dos testes.

Com o objetivo de valorizar os profissionais da área de Psicologia do Trânsito que sofrem com baixas remunerações e discrepância de

valores entre as regiões do país, um dos trabalhos de destaque da Comissão foi a atualização da Tabela de Referência de Honorários do Psicólogo, incluindo o item “Avaliação Psicológica para a Carteira Nacional de Habilitação”, com os valores de referência para a realização de avaliação psicológica no contexto do trânsito.

### Comissão de Psicologia do Trânsito

Outro destaque da atuação do órgão foi a série de cinco encontros, gratuitos e abertos ao público, realizados em capitais ao longo deste ano. Belo Horizonte, São Paulo, Palmas, Curitiba e Fortaleza receberam o Seminário Psicologia do Trânsito, que também foi uma oportunidade de desenvolvimento e capacitação profissional.

Por meio de palestras e apresentação de pesquisas científicas, os participantes puderam aperfeiçoar o conhecimento sobre a situação do trânsito em suas regiões e as possibilidades e desafios de atuação da (o) psicóloga (o) da área.

Apesar da tradição de engajamento nas pautas relativas à área

humanos no CFP, o grupo de psicólogos que assumiu em 2014 a coordenação da Comissão de Direitos Humanos – a mais antiga da autarquia, criada em 1998 – identificou uma lacuna na formação da categoria acerca da história e dos princípios desses direitos.

Por esse motivo, a Comissão dedicou parte importante do seu trabalho à atualização e formação do debate sobre DH utilizando, principalmente, as ferramentas digitais do Conselho e a internet, por meio dos debates online, da divulgação de documentários nas redes sociais e da realização de cursos na plataforma OrientaPsi.

Além disso, como vimos na edição passada do Jornal do Federal, no último triênio a CDH priorizou quatro eixos de trabalho definidos em consonância com o contexto atual do país, a saber: “Enfrentamento da Violência de Estado e da tortura”, “Direitos e enfrentamentos às violências de gênero e sexuais”, “Direitos e Assistência aos usuários de drogas e suas famílias” e “Enfrentamento das violências associadas ao racismo e a preconceitos étnicos”.

Apesar da tradição de engajamento nas pautas relativas à área

humanos no CFP, o grupo de psicólogos que assumiu em 2014 a coordenação da Comissão de Direitos Humanos – a mais antiga da autarquia, criada em 1998 – identificou uma lacuna na formação da categoria acerca da história e dos princípios desses direitos.

Por esse motivo, a Comissão dedicou parte importante do seu trabalho à atualização e formação do debate sobre DH utilizando, principalmente, as ferramentas digitais do Conselho e a internet, por meio dos debates online, da divulgação de documentários nas redes sociais e da realização de cursos na plataforma OrientaPsi.

Além disso, como vimos na edição passada do Jornal do Federal, no último triênio a CDH priorizou quatro eixos de trabalho definidos em consonância com o contexto atual do país, a saber: “Enfrentamento da Violência de Estado e da tortura”, “Direitos e enfrentamentos às violências de gênero e sexuais”, “Direitos e Assistência aos usuários de drogas e suas famílias” e “Enfrentamento das violências associadas ao racismo e a preconceitos étnicos”.

Apesar da tradição de engajamento nas pautas relativas à área

humanos no CFP, o grupo de psicólogos que assumiu em 2014 a coordenação da Comissão de Direitos Humanos – a mais antiga da autarquia, criada em 1998 – identificou uma lacuna na formação da categoria acerca da história e dos princípios desses direitos.



## Em busca de participação mais ampla no Código de Trânsito Brasileiro

CFP participou do debate e das articulações para aperfeiçoar a lei e ampliar a presença da avaliação psicológica nos procedimentos ligados à habilitação de condutores

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) manteve, nos últimos meses, articulações para ampliar a participação da categoria no novo Código de Trânsito Brasileiro (CTB). As ações incluíram diálogos com a comissão especial da Câmara dos Deputados que trata do aprimoramento da legislação.

Em 22 de novembro, o presidente do CFP, Rogério Oliveira, reuniu-se com o deputado Sérgio Brito (PSD-BA), relator do Projeto de Lei (PL) 8.085/14. A proposta altera, junto a outros projetos apensados, a Lei 9.503/97, que institui o Código.

Oliveira se comprometeu a en-

caminhar, em nome do 16º Plenário da autarquia, um projeto que contemple a ampliação da participação das (os) psicólogas (os) no que diz respeito tanto à avaliação psicológica para a obtenção da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) como aos processos de renovação do documento e em situações de envolvimento de condutores em acidentes graves e crimes de trânsito.

“A Psicologia teria o papel de entender se aquele indivíduo tem condição de conduzir um veículo ao longo de toda sua vida. Isso efetivamente garantiria o papel de perito (a) examinador (a) de trân-



sito”, afirma. Quando foi fechada esta edição do Jornal do Federal, a contribuição do CFP estava em fase de conclusão.

### Compromisso

No começo daquele mês, em evento na Assembleia Legislativa da Bahia, em Salvador, Sergio Bri-

to garantiu ao presidente do CFP que a retirada da obrigatoriedade da avaliação psicológica não está aventada em nenhuma hipótese. Segundo o relator, embora pudessem ter sido propostas em algum dos projetos apensos (anexados) à matéria, tal mudança nunca foi o objetivo da comissão que trata da

alteração do Código de Trânsito.

“A interpretação do texto de um artigo deu a entender, o que não era nosso objetivo, que propunha retirar o exame psicológico da carteira de habilitação. Nossa pretensão é fortalecer o exame não só na primeira habilitação, mas também na renovação”, afir-

mou o deputado. O encontro foi o primeiro de uma série promovida em várias capitais pela comissão da Câmara.

### Senado

Também no dia 22, o representante do CFP se reuniu com a senadora Ana Amélia (PP-RS), auto-

ra do PLS 454/2012 – que originou o PL 8.085/14 e gerou polêmica por não fazer menção à avaliação psicológica.

A parlamentar explicou que o projeto em questão trata, exclusivamente, de exigir que aulas práticas e testes de habilitação para que motociclistas recebam sua CNH precisam ser feitos no ambiente real, e se comprometeu a evitar eventuais equívocos no texto que for aprovado pelos deputados.

“Em nenhum momento faz referência aos testes psicológicos que, a meu ver, são indispensáveis. No processo legislativo, mui-

tas vezes, um projeto fica desvirtuado pelo excesso de apensamentos de outras iniciativas que tratam de temas correlatos. O projeto está na Câmara, onde foram apensadas outras 159 matérias de outros deputados, sob a relatoria do deputado Sérgio Brito, que terá a incumbência de analisar a proposta. Depois, voltará ao Senado e corrigiremos, então, os equívocos”, divulgou a senadora em nota.

Em 8 de dezembro, o total de PLs apensados já tinha subido para 166. Acompanhe os trabalhos da comissão da Câmara e a tramitação do projeto: <http://bit.ly/comissaoctb>



## O trabalho das (os) profissionais da Psicologia e as novas tecnologias de comunicação

A Psicologia, a partir de sua regulamentação e da criação dos conselhos de classe, recebeu da sociedade brasileira a incumbência de zelar por seu exercício visando garantias básicas. Destas, destacam-se a ética e o rigor científico.

Ocorre que ambas não são estáticas, mas devem e podem acompanhar a evolução da sociedade em que estão inseridas. Para tanto, é necessário observar sempre a relação possível de ser estabelecida e que garanta o avanço do conhecimento sem produzir prejuízos às cidadãs e aos cidadãos.

Com o avanço das tecnologias de comunicação, via o incremento das redes sociais e dos aparelhos de mobilidade (com destaque para os smartphones), novos desafios se colocam para as e os profissionais, as instituições de formação, os conselhos de classe e as demais entidades da Psicologia. Um, em especial, se apresenta com urgência e requer dessas pessoas e entidades um conjunto de respostas: o uso do meio virtual para orientar, acompanhar e dar suporte terapêutico aos sujeitos que assim o desejarem.

Quando iniciaram o processo de discussão e apropriação dos impactos dessas tecnologias no exercício profissional, os conselhos de classe não foram capazes de prever quais mecanismos surgiriam e como poderiam interferir nas prestações de serviço à sociedade, negativa e positivamente. Em uma década – período decorrido desde o início desse debate – as comunicações em geral, tendo a internet como epicentro, passaram por uma verdadeira revolução, que resultou em uma série

de novos aparelhos, instrumentos e facilidades, com transformações na vida de todas e todos a que a eles têm acesso.

Para se ter ideia do ritmo do processo, muitas das inovações e das empresas que nasceram em torno delas já caducaram ou foram extintas. Mesmo se pensarmos nos últimos quatro anos, tempo em que está em vigor a resolução que rege o atendimento psicológico mediado por tecnologias (a CFP 11/2012), o ecossistema digital já não é o mesmo, assim como a relação cotidiana com suas possibilidades e riscos – muitos deles ignorados.

A Resolução 11 precisa ser atualizada em dois aspectos: o controle das ferramentas aprovadas e os limites das ferramentas das redes sociais – especialmente no uso dos aplicativos via smartphones. A atualização exige discussão na Apaf, assembleia que constitui a principal instância decisória no Sistema Conselhos de Psicologia, e, enquanto isso não acontece, os Conselhos Regionais estão sujeitos a autorizar o funcionamento de plataformas de atendimento reconhecidamente distantes do ideal. Vale lembrar que o Conselho Federal de Psicologia (CFP) é a instância recursal, ou seja, o segundo degrau caso ocorra uma contestação, e que, da mesma forma que os CRPs, não pode barrar os projetos que cumprirem os requisitos – insuficientes – da norma vigente.

Como as novidades da tecnologia eletrônica estão na vanguarda do nosso tempo, é preciso atenção e cautela para não embarcar em hipóteses ainda não testadas e devidamente constatadas como tendo capacidade de oferecer o que se propõem a fazer. Aplicativos e sí-



tios de relacionamento que surgem todo mês têm buscado vender uma ideia de que as condições tecnológicas atuais são suficientes para garantir uma excelente interação entre os profissionais e aqueles (as) que procuram e/ou necessitam dos seus serviços. Ocorre que isso não é verdade: em uma relação profissional-cliente, as variáveis presentes na interação ultrapassam sobremaneira a simples troca de mensagens escritas, ou ainda a visualização por meio câmeras.

Outro fator presente nessa “propaganda enganosa” é o tempo de resposta: seja o de apreender os processos que os sujeitos estão vivenciando, com repercussão na mobilização subjetiva, quanto na capacidade destes meios de oferecerem o acolhimento necessário quando da eclosão de sintomas e seus desdobramentos. Em uma cena clínica, de orientação e/ou acompanhamento terapêutico, por vezes o que é dito não é o mais importante para que se alcance os resultados desejados. Tais mecanismos e suas tecnologias ainda não evoluíram o suficiente para garantir de fato a substituição dos aten-

dimentos presenciais ao tratarmos de abordagens que envolvam a subjetividade do ser humano.

Por fim, a observância ética é o ponto central que norteia as diversas prestações de serviço da Psicologia. E agir eticamente é, acima de tudo, não agir em causa própria. Está na contramão desse pressuposto prático oferecer facilidades, fazer propaganda baseada na relação custo x benefício, expor valores para atrair público e divulgar “cases” de sucesso assentados nas ferramentas de marketing, bem como o uso de outras estratégias que não se baseiem na prevalência da promoção do bem-estar e no respeito incondicional aos sujeitos de direitos.

A sociedade brasileira, ao conferir aos conselhos de classe a responsabilidade por delimitar as fronteiras do que vem a ser ético ou não, espera dessas instituições ações efetivas que garantam a prevalência do bom exercício profissional – executado a partir de qualquer método ou técnica.

\*Presidente do CFP



## A Psicologia na superação das vulnerabilidades

Hérica Costa, psicóloga potiguar que trabalha no município de Pereiro (CE), conta sua experiência no Cras daquela cidade e sua experiência na área

O espaço “Fala, Psicólogo@” desta edição conta a experiência de uma profissional da região Nordeste, Hérica Costa, técnica de referência no Centro de Referência da Assistência Social (Cras) na cidade de Pereiro (CE). Ela falou ao *Jornal do Federal* sobre sua atuação como psicóloga social naquele município, onde trabalha com famílias que se encontram em vulnerabilidade e que estão inseridas no



Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (Paif).

**Confira a entrevista.**

**Qual é sua área de atuação na Psicologia?**

Sou psicóloga formada pela Universidade Potiguar do Rio Grande do Norte (UNP), no ano de 2011, e especialista em Intervenção Familiar Sistêmica pelo Centro Universitário do Rio Grande

do Norte (UNI-RN) em 2016.

Minha primeira experiência foi em um Centro de Referência Especializado da Assistência Social (Creas) na cidade de Angicos (RN), onde atuei por três meses. Logo depois, comecei a trabalhar em um Núcleo de Apoio à Saúde da Família (Nasf), na cidade de Doutor Severiano, por oito meses. Em seguida, comecei atuar como técnica de referência no Cras da cidade de Pereiro (CE), onde estou até os dias atuais.

**Como é sua rotina de trabalho?**

Tenho uma rotina de trabalho de 40 horas semanais, em que faço atendimento a um público de famílias que se encontram em vulnerabilidade social. Essas famílias são inseridas no Serviço de Programa e Atendimento In-

“  
O que considero mais importante é o vínculo estabelecido com as famílias que chegam até nós, o acompanhamento realizado para o enfrentamento das vulnerabilidades sociais”.

tegral à Família (Paif), fundamental serviço ofertado pelo Cras, em que são realizadas visitas domiciliares, atendimentos e acompanhamento.

Este consiste em um trabalho de caráter continuado que visa fortalecer a função protetiva das famílias, prevenindo a ruptura de vínculos, promovendo o acesso e usufruto de direitos e contribuindo



do para a melhoria da qualidade de vida. Ou seja, envolve a prevenção e o enfrentamento das situações de vulnerabilidade e promoção de protagonismo das famílias, indivíduos e comunidades na melhoria das condições de vida em seus territórios.

Na maioria das vezes essa demanda do Paif é encaminhada para o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de crianças, adolescentes e idosos do Cras, em que estão inseridas crianças na faixa etária de 0 a 15 anos, bem como, pessoas idosas a partir de 60 anos de idade. Também realizamos grupo Paif com essas famílias no próprio serviço e nas comunidades acompanhadas. Outra atividade que desenvolveu é o Grupo Paif de Gestantes, que tem por base o direcionamento da oferta de um

serviço que proporcione o autoconhecimento, a autoconfiança e a autoconsciência, vislumbrando às integrantes do grupo um melhor enfrentamento às pressões e repressões, superando assim as suas vulnerabilidades – muitas delas intensificadas no período gestacional.

#### O que você considera mais positivo em relação ao seu cotidiano de trabalho?

O que considero mais importante é o vínculo estabelecido com as famílias que chegam até nós, o acompanhamento realizado para o enfrentamento das vulnerabilidades sociais.

#### Quais limitações você encontra no seu cotidiano de trabalho?

As limitações são da própria política de Assistência Social, a

gestão em que está inserida. Há uma falta de conhecimento muito grande da importância dessa política para a vida das famílias que dela necessitam. Essa política ainda vive uma luta constante, nós psicólogos ainda precisamos ser vistos com outros olhos, acho que em relação ao nosso fazer, mas, é algo que aos poucos vem tendo grande avanço.

Por fim, o meu trabalho é, além de tudo mencionado, uma “caixinha de surpresas”. Todos os dias recebemos encaminhamentos e demandas que não fazem parte do nosso serviço, mas como atuo em um município de pequeno porte em que só existe esse serviço e eu sou a única psicóloga da cidade, acabo me deparando com muitas demandas.



## Confira as novas publicações do CFP

Liros abordam interfaces da Psicologia com Direito, Saúde Mental, Tráfego, Educação e Gênero

No último semestre, seis novos livros foram lançados pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP). Todos estão disponíveis em formato digital e podem ser baixados no site da autarquia, na seção Publicações.

Em agosto, após a realização do seminário “Estatuto da Criança e do Adolescente: Refletindo sobre sujeitos, direitos e responsabilidades”, em comemoração aos 25 anos do ECA, o CFP disponibilizou publicação com o mesmo nome que buscou transmitir as discussões que ocorreram nas mesas-redondas e nos minicursos do evento, ocorrido em outubro de 2015. Na primeira seção do livro, constam os textos que retomam o histórico da criação do Estatuto. Na segunda, estão reflexões sobre as políticas de proteção para crianças e adolescentes, avaliação da participação social e análise do acolhimento institucional à luz da legislação. Na terceira, são analisados os entraves nas políticas socioeducativas para os adolescentes em conflito com a lei.

“Esperamos que esse trabalho, construído com a participação de muitos, possa contribuir no avanço da política de proteção e de direitos promovida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente”, afirma Rodrigo Tôres, coordenador da Comissão de Psicologia Jurídica do CFP e um dos organizadores do livro.

A mesma comissão foi responsável pela publicação “O Louco Infrator e o Estigma da Periculosidade”, lançada em novembro. Desdobramento do seminário “A Desconstrução da Lógica Manicomial: Construindo alternativas”, realizado pelo CFP em agosto, a obra apresenta os impasses e desafios, a realidade de segregação e maus-tratos e a urgência de discutir alternativas, inspiradas em projetos já exitosos de atenção à pessoa infratora com transtorno mental.



As produções literárias de usuá-rias (os) contempladas (os) no Prêmio Inclusão Social, promovido pelo CFP no ano passado, foram reunidas no livro “Arte, Cultura e Trabalho”, divulgado em agosto. A iniciativa buscou contemplar experiências de usuá-rios e familiares em projetos econômico-sociais, organizações não governamentais (ONGs) e em equipes interdisciplinares da Rede de Atenção Psicossocial de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas, em diversas categorias, como arte, cultura, trabalho e economia solidária.

#### Segurança no Trânsito e Psicologia Escolar

Resultado de ações conjuntas realizadas pelo Conselho com as comissões de Trânsito e Consultiva em Avaliação Psicológica (CCAP), durante a “2ª Conferência de Alto Nível sobre Segurança no Trânsito” promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), em novembro de 2015, “Psicologia do Tráfego: Características e desafios no contexto do Mercosul” é um livro composto por nove capítulos que visa apresentar à psicóloga ou psicólogo, atuante ou não nesse contexto, um conjunto de novas contribuições metodológicas que podem atualizar a prática profissional.

“É possível verificar um conteúdo decorrente de investigações empíricas e teóricas em que os autores demonstram um potencial do fazer na

área de tráfego que perpassa fronteiras, de áreas da ciência psicológica e das atividades desenvolvidas nos países vizinhos”, comenta João Alchieri, coordenador da Comissão de Avaliação Psicológica da autarquia.

A Psicologia nas escolas é tema do livro “Psicologia Escolar: Que Fazer é Esse?”, lançado em agosto pela Comissão de Psicologia na Educação do CFP (PsinaEd) e é composto por três partes: Reflexões Teóricas Sobre a Psicologia na Educação, A Psicologia Diante dos Desafios da Educação Inclusiva e Compartilhando Práticas em Psicologia Escolar. Para as organizadoras, Meire Viana, conselheira do CFP, e a pesquisadora Rosângela Francischini, o livro é importante para a reflexão e a prática de todas (os) as (os) psicólogas (os), e poderá contribuir “pela diversidade de temas que nele são abordados, pela profundidade com que esses temas são tratados, pela serie-

dade com que os profissionais que nele estão presentes, com seus artigos, abordam o campo da Psicologia na Educação e, por fim, pelas inquietações e possibilidades de continuidade das reflexões a que ele nos convida”.

Fomentar o debate sobre a necessidade de reflexão crítica da categoria sobre o conceito de “maternidade”, à luz dos estudos que descrevem ou registram a prevalência do abortamento na população brasileira e utilizando de métodos de pesquisa reconhecidos para lidar com a especificidade do fenômeno, é o propósito da publicação “Aborto e (Não) Desejo de Maternidade(s): Questões para a Psicologia”, disponível desde o final de novembro no site do Conselho. O livro é organizado pelas pesquisadoras Valeska Zanello e Madge Porto, integrantes do 16º Plenário do CFP.

O primeiro trecho apresenta sete artigos que tratam a questão do aborto sob aspectos diversos, como a atualização das estimativas de sua magnitude, a contextualização jurídica, estigmas e complicações a ele relacionados e os serviços de aborto legal no Brasil. Já a segunda parte se dedica à discussão específica do papel da Psicologia nesse debate, com foco nos processos de subjetivação e mitificação da maternidade, além de apresentar uma leitura sobre como o tema é tratado nas publicações científicas da área.



## Eleições 2016 em números

Quase 100 mil psicólogas (os) votaram em todo o país. Cresceu a participação por meio do voto online

Como você já sabe, em outubro a categoria escolheu os responsáveis por conduzir as ações e políticas relacionadas à profissão nos próximos três anos. No total, 99.913 psicólogas (os) de todo o país votaram na Consulta Nacional e nas eleições do Sistema Conselhos de Psicologia.

Com a soma dos votos online e por correspondência, foram definidos os novos dirigentes dos 23 Conselhos Regionais da profissão (ver quadro). Conforme dispõe o Regimento Eleitoral, as chapas vencedoras tomaram posse em setembro, quando se completaram 30 dias após o pleito.

Também foi eleita a chapa que vai administrar o Conselho Federal de Psicologia (CFP) no triênio 2017-2019. Na Consulta Nacional, a chapa 23 – “Cuidar da Profissão: avançar a Psicologia com ética e cidadania” foi a vencedora, com 32.003 votos. Já a chapa Chapa 22 – “Fortalecer a Profissão” teve 29.080. A chapa 21 – “Renovação da Psicologia” ficou com 17.264 votos e a chapa 24 – “Psicólogos em Ação” com 8.970. Votaram nulo 7.984 profissionais, e em branco 4.612.

A nova gestão toma posse em 17 de dezembro, durante a Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças (Apaf).

### Modalidade de voto e participação

Essa foi a segunda vez que a categoria contou com o sistema de votação online. No processo eleitoral anterior, em 2013, 66.119 pessoas votaram pela Internet, enquanto 18.524 ainda utilizaram o voto por correspondência ou nos postos instalados pelo Brasil.

Já este ano, 91,57% dos votantes optaram pela modalidade online. Em números absolutos, foram 91.497 votos eletrônicos e apenas 8.416 votos por correspondência.

Considerando o número de profissionais aptos a votar, ou seja,

com as informações atualizadas no Cadastro Nacional de Psicólogas (os), o percentual de participação nas eleições se manteve praticamente o mesmo nos dois últimos pleitos, crescendo 1,3 ponto. Neste ano, 99.913 exerceram o direito ao voto em um universo de 208.519 aptos. No pleito anterior (2013), foram 84.493 votos, quando 181.313 estavam aptos a participar.

Em 2010, quando o sistema de votação online ainda não havia sido implementado, a participação total da categoria nas eleições foi de 74.730 psicólogas (os) com cadastros ativos no CFP.

### Custo-benefício

De acordo com dados do relatório final da Comissão Eleitoral, além de seguro e eficaz, o sistema de votação eletrônica é o que apresenta o melhor custo-benefício para a autarquia. Um voto online custa R\$ 3,85 e chega até 35,57% do colégio eleitoral (total de psicólogos inscritos). Já cada voto enviado pelos Correios custa R\$ 16,52 e alcança somente 2,99% dos profissionais.

### Confira a chapa eleita em cada Regional:

- |  |   |
|--|---|
| - CRP 01 (DF): chapa 13 – “Fortalecer a Profissão”                                   | - CRP 13 (PB): chapa 11 – “Cuidando da Profissão”   |
| - CRP 02 (PE): chapa 11 – “S. E. R. PSI: Cuidando da Profissão”                      | - CRP 14 (MS): chapa 11 – “Cuidar da Profissão: Psicologia em todo lugar!”                                  |
| - CRP 03 (BA): chapa 12 – “Psicologias em Movimento”                                 | - CRP 15 (AL): chapa 13 – “Um Conselho para Fortalecer a Psicologia”  |
| - CRP 04 (MG): chapa 11 – “Cuidar da Profissão”                                      | - CRP 16 (ES): chapa 11 – “Cuidar da Profissão: em defesa do diálogo, da democracia e dos direitos humanos” |
| - CRP 05 (RJ): chapa 11 – “Ética e Compromisso Social para Cuidar da Profissão”      | - CRP 17 (RN): chapa 11 – “Cuidar Resistir Transformar”   |
| - CRP 06 (SP): chapa 12 – “Pra Cuidar da Profissão”                                  | - CRP 18 (MT): chapa 11 – “Cuidar da Psicologia”  |
| - CRP 07 (RS): chapa 11 – “AmpliaPsi”  | - CRP 19 (SE): chapa 12 – “Crescer e Cuidar da Profissão”   |
| - CRP 08 (PR): chapa 12 – “Força e Inovação”   | - CRP 20 (AM/AC/RO/RR): chapa 11 – “Pra Cuidar da Profissão”  |
| - CRP 09 (GO): chapa 11 – “CRP Forte: Ampliando Conquista e Valorizando a Profissão” | - CRP 21 (PI): chapa 11 – “Avançar”   |
| - CRP 10 (PA/AP): chapa 11 – “Psicologia em Movimentos: para cuidar de todos”        | - CRP 22 (MA): chapa 11 – “Diálogo, União e Crescimento”  |
| - CRP 11 (CE): chapa 11 – “CRP-11 de Lutas”  | - CRP 23 (TO): chapa 11 – “Aproximação”   |
| - CRP 12 (SC): chapa 11 – “Prá Cuidar da Profissão”                                  |   |

## Psicologia da Aviação: desafios de uma área em constante crescimento

Selma Ribeiro, presidente da Associação Brasileira de Psicologia na Aviação (Abrapav), conta a história e o porvir desse campo de atuação

A Psicologia da Aviação é uma área de atuação que conta com a presença de muitas (os) psicólogas (os), embora não seja tão divulgada dentro da categoria e ainda não seja considerada uma especialidade. Os primeiros registros da atuação na área aparecem com a 1ª Guerra Mundial, quando foi montado o primeiro laboratório de Psicologia na aviação, na Alemanha. Profissionais começavam a mostrar a importância das psicólogas (os) tanto na seleção de pilotos, que seriam enviados para a linha de frente, como na assistência aos traumas dessas pessoas ao retornarem do combate. Após exames, eram identificados sintomas de neuroses, e para minimizá-los as (os) profissionais se utilizavam de entrevistas psiquiátricas e testes psicológicos.

No Brasil, na década de 1960 é criado dentro da Aeronáutica o Instituto de Seleção e Orientação, órgão responsável pela parte de seleção de pessoal, e a partir daí começam a aparecer as (os) primeiras (os) psicólogas (os) na área. Em 2013, é fundada a Associação Brasileira de Psicologia na Aviação (Abrapav). Desde sua fundação, a entidade reúne profissionais e produção científica para auxiliar na formação e qualificação, além de transformar a área em uma

“

Temos trabalhado para fazer a divulgação da Psicologia da Aviação e buscar meios para a formação dos profissionais, para que eles não sejam formados na prática, como nós fomos”

especialização dentro da Psicologia.

Para saber mais sobre o tema, a assessora de Comunicação do Conselho Federal de Psicologia (CFP) conversou com a presidente da Abrapav, Selma Ribeiro. **Confira a entrevista.**

### Quais os primeiros registros de atuação da Psicologia na área de aviação?

Foi entre a primeira e a segunda Guerras Mundiais, quando houve a necessidade de fazer a seleção das pessoas que atuavam na linha de frente. Surgem então os primeiros contatos da Psicologia com a Aviação. Quando essas pessoas retornavam da guerra, também existia o acompanhamento da Psicologia, pois algumas regressavam com traumas. A Psicologia deu um apoio mais específico nesse campo. Outro campo de atuação foi com a seleção de novos combatentes, e depois disso temos a Psicologia auxiliando também na parte de treinamento de pilotos e profissionais da área, na relação do homem com a máquina. Nesse último quesito começamos a observar que as limitações humanas e cognitivas poderiam influenciar acidentes. Por isso, os conhecimentos na área de Psicologia Cognitiva, principalmente, ajudaram bastante em questões como estudos e na tomada de decisões dentro da cabine, e também por conta de alguns acidentes que aconteceram. Na Aviação é assim: acontece o acidente e, ao se investigar as causas, percebe-se que a participação humana teve alguma contribuição. A partir dessa investigação, verifica-se onde o ser humano errou e o que o levou a errar. Consequentemente, se desenvolvem medidas para redu-



Congresso da Abrapav/Roberto Mariafa

zir esses erros e mecanismos para que ele possa desempenhar tarefas de uma maneira mais eficiente. Na década de 1980 ocorreu o “boom” da automação na Aviação, e as questões relacionadas à automação da máquina exigiram bastante utilização dos conhecimentos da Psicologia Cognitiva, para auxiliar nessa área. Outro campo bastante utilizado foi a Psicologia Social, no final da década de 1970 e início da década de 1980, quando se observou que em alguns acidentes aéreos houve melhora no trabalho de equipe e na comunicação, utilizando a observação de alguns conhecimentos da dinâmica de pequenos grupos e da forma como eles funcionavam para desenvolver treinamentos relacionados às habilidades não técnicas, ou seja, comunicação, liderança etc.

### E no Brasil?

Os primeiros trabalhos no Brasil nessa área surgiram na década de 1960, quando foi criado o Instituto de Seleção e Orientação, órgão responsável pela parte de seleção de pessoal da Aeronáutica. Começaram a aparecer os primeiros psicólogos trabalhando nessa área, focados mais na seleção de pessoal. Em 1981 é inaugurado o Serviço de Seleção e Orientação da Aeronáutica (ISO), que em 1988 deu lugar ao Instituto de Psicologia da Aeronáutica (IPA), responsável pela organização da Psicologia dentro da aviação militar. O IPA é responsável pela parte militar e, hoje, ele é quem dita as

normas de como a Psicologia vai funcionar na Aeronáutica.

O trabalho da Psicologia na Aviação ficou mais intenso no começo da década de 1980, quando foi criado na Aeronáutica o Corpo Feminino de Oficiais e as mulheres passaram a fazer parte da vida militar. Já existiam os psicólogos civis – e eu sou dessa época, comecei a trabalhar na Aeronáutica na década de 1980, recém-formada. A gente começou a fazer trabalhos específicos, além de seleção de pessoal e pesquisa, entre outras atribuições. Passou a haver a participação dos psicólogos em diversas áreas do Brasil, orientados pelo IPA, nas escolas da Força Aérea, na área clínica, na área organizacional (seleção e acompanhamento) e, principalmente, na área de investigação de acidentes.

### Fale um pouco sobre o surgimento da Abrapav e sua contribuição para o setor.

A criação da Associação se deu em 2013, por meio de 19 psicólogos (as), todos (as) atuando na Aviação civil e militar. Temos trabalhado para fazer a divulgação da Psicologia da Aviação e atingir alguns objetivos, tais como buscar meios para a formação desses profissionais, para que eles não sejam formados na prática, como nós fomos. Fornecer meios para esse profissional se capacitar aqui no Brasil, porque muitos de nós tivemos que buscar capacitação fora, onde existem várias associações



fortes nessa área – como a European Association for Aviation Psychology, que existe há 60 anos.

Aqui estamos engatinhando; temos três anos, mas o trabalho dos profissionais já é de longa data. Nosso objetivo, hoje, é poder reunir esses profissionais, e para isso estamos fazendo um levantamento para saber quantos psicólogos atuam nessa área. O levantamento deve ser finalizado no próximo ano.

Hoje nós temos psicólogos em todas as áreas da aviação. Nas empresas aéreas, na infraestrutura aeroportuária, no controle de tráfego aéreo, nas escolas de formação, universidades, órgãos da aviação, aeroclubes, nas Forças Armadas e nas forças auxiliares, dentre outras. Em todas essas áreas, onde existe atuação de pilotos, como a Marinha, Exército e Aeronáutica, temos psicólogos. Para trabalhar nesse ambiente, além do conhecimento da Psicologia, você precisa conhecer o ambiente aeronáutico e saber como ele funciona. É um ambiente específico, e por conta disso temos uma série de normas internacionais que regem essa atividade. Observando essas demandas, achamos por bem criar uma entidade que possa reunir as pessoas que atuam nessa área, saber quem são elas e como podemos ajudá-las.

#### Qual sua avaliação da presença dos profissionais da Psicologia na área?

Antigamente, o psicólogo entrava na empresa para trabalhar em áreas como a de Recursos Humanos ou de Seleção. Hoje, também temos profissionais atuantes na área de segurança operacional de voo. Todas as empresas têm psicó-

logos atuantes na área de prevenção e investigação de acidentes. Percebemos isso na formação, por exemplo. Eu participo de formação de investigadores psicólogos, ministrada pelo Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos, e vemos o grande número de psicólogos que participam desses cursos. Percebemos que as empresas estão dando ênfase e prioridade para o trabalho na área de segurança aérea, que é um dos pontos fortes do trabalho dos psicólogos.

#### Como os profissionais conseguem se capacitar para o trabalho na Psicologia da Aviação?

A formação normal que o psicólogo tem na universidade não contempla os conhecimentos dessa área. Até porque não é uma área oficialmente vista como especialização da Psicologia, a exemplo de áreas já consagradas, como a organizacional, do trabalho ou clínica. Normalmente, nas instituições, alguma cadeira aborda especificamente essa área. A Psicologia da Aviação ainda não tem visibilidade dentro da academia como uma área de atuação e muito menos como especialização. Uma das nossas intenções é justamente tentar fazer essa diluição dentro das universidades, para estudantes de Psicologia saberem que há esse “nicho de mercado”, onde podem atuar.

Todos os psicólogos que atuam hoje na Aviação foram sendo formados de acordo com necessidades individuais. A formação depende muito do próprio interesse do profissional em buscar esse conhecimento. Não existe um curso formal sobre isso no Brasil, só cursos pequenos de extensão, que forma o psicólogo para atuar na área de investigação e prevenção, mas para isso o profissional precisa estar ligado a uma empresa de aviação. Existe também um curso da Marinha para psicólogos militares. O Instituto de Psicologia da Aeronáutica também tem um cur-

so, mas é exclusivo para psicólogos da Aeronáutica. Já o Exército não tem um curso específico. A minha formação nessa área foi por meio dos cursos que eu fiz fora do Brasil. Cursos pelas Associações Europeia, Americana e Australiana, além de Congressos. Fornecer capacitação nessa área também é um objetivo da associação.

#### Como você avalia a produção de conhecimento sobre a área no Brasil?

O que temos no Brasil de produção científica sobre Psicologia da Aviação é fruto de práticas de profissionais que atuam na área, que participam de congressos e encontros onde seus trabalhos são apresentados. Temos a Revista Conexão Sipaer, que é de segurança em aviação. O Instituto Tecnológico da Aeronáutica também tem um curso de mestrado em segurança na aviação que é aberto para qualquer profissional que trabalha na aviação. Temos psicólogos nesse curso e as teses de mestrado e doutorado produzidas nele e em áreas correlatas são fonte de informação para quem atua nessa área. Outro trabalho que estamos realizando na Associação é reunir todo esse material espalhado e formar um banco de dados. Depois, iremos disponibilizá-lo para os psicólogos e público em geral. Temos também um livro editado, que é o primeiro editado sobre a Psicologia da Aviação no Brasil: Estudos e práticas na aviação”. Foi lançado em 2001, está esgotado e estamos tentando lançar uma versão e-book. O segundo volume será lançado em breve.

#### Conheça as normas relativas ao apoio a vítimas de desastres aéreos

No Brasil, devem ser seguidas as determinações da Instrução de Aviação Civil IAC 200-1001 da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), que é um Plano de Assistência às vítimas de acidentes aeronáuticos e apoio a seus familiares. A norma, de 2005, tem especificações de como a empresa aérea deve se organizar para prestar assistência às vítimas, não somente no atendimento psicológico, mas em outras áreas. Quando se trata da atuação em âmbito internacional, a norma que rege o trabalho da Psicologia é a Circular 285-AN/166 da Organização da Aviação Civil Internacional (Oaci).

#### Qual a importância da avaliação psicológica no campo da Aviação?

Após um acidente em março de 2015, quando um avião da Germanwings caiu nos Alpes franceses, a suspeita foi de que o copiloto teria causado o acidente. Ele tinha problemas e tomava medicamentos. Após esse acidente, surgiu uma preocupação mundial com o acom-

panhamento psicológico e a avaliação psicológica. A Anac fez uma recomendação de que elas fossem realizadas anualmente. Na verdade isso era feito, mas não com uma exigência tão significativa, e o incidente reforçou essa necessidade.

Hoje, o que temos são algumas diretrizes da avaliação psicológica que precisam ser feitas, ou na fase inicial ou nas decorrentes, mas precisamos de uma padronização melhor do que tem de ser visto, avaliado e o grau de profundidade. Existe uma norma internacional que seguimos no Brasil, que diz quais são as restrições na avaliação do aeronavegante e trata de capacitação psicofísica. Ali estão todas as restrições na questão psicológica, porém ela não aponta os instrumentos que devem ser usados e os parâmetros aceitáveis. A orientação é para que se siga o material e os testes autorizados pelo CFP, mas não existe um protocolo padrão. Existem as restrições e os testes oficializados, mas não há um protocolo que diga como fazer, bem como seu padrão de aceitação.

## Legitimidade reconhecida em causas LGBT

Decisão do ministro do STF Edson Fachin autoriza Conselho a intervir como amicus curiae em mandado de injunção que visa criminalizar homofobia

O Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a representatividade do Conselho Federal de Psicologia (CFP) para atuar na Justiça em causas ligadas a orientação sexual e/ou identidade de gênero.

“Para além de suas finalidades institucionais, o Conselho demonstrou possuir a necessária representatividade temática material e espacial”, conclui o relator, o ministro Edson Fachin, na decisão, publicada em 5 de outubro. “Desse modo, mostra-se legítima sua intervenção na condição de *amicus curiae* em virtude da possibilidade de contribuir de forma relevante, direta e imediata no tema em pauta.”

O despacho diz respeito ao Mandado de Injunção (MI) 4.733, no qual a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) pleiteia o reconhecimento do dever constitucional do Congresso Nacional em criminalizar a homofobia e a transfobia.

Em sua petição, o CFP ressaltava a necessidade de consolidar a proteção de pessoas vítimas de discriminação, que muitas vezes procuram a orientação profissional de um (a) psicólogo (a).

“É um reconhecimento, por parte da sociedade e do órgão máximo da Justiça brasileira, do papel que o Conselho e a Psicologia têm tido nas questões da subjetividade humana, da orientação sexual, dos direitos humanos, da liberdade das pessoas”, avalia o presidente da autarquia, Rogério Oliveira. “Nos nossos posicionamentos, tratamos a subjetividade a partir da condição humana, daquilo que as pessoas podem construir buscando a sua autonomia, a sua felicidade.”

#### Criminalização específica

No Mandado de Injunção, a ABGLT pede a criminalização específica das ofensas, dos homicídios e das

**Do latim** • Traduzida como “amiga (o) da corte (ou do tribunal)”, a expressão *amicus curiae* designa pessoa ou entidade que, sem ser parte no processo em questão, fornece subsídios ao tribunal no intuito de aprofundar o debate e propiciar a decisão mais justa.

agressões com motivação homofóbica ou transfóbica, argumentando que o quadro de violência e discriminação tem inviabilizado os direitos fundamentais à livre orientação sexual e à livre identidade de gênero, bem como à segurança.

#### Resolução validada

Em junho, o Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) confirmou a validade da Resolução CFP 1/99, que estabelece as normas para atuação das (os) psicólogas (os) em relação a orientação sexual. O texto proíbe as (os) profissionais de exercerem qualquer atividade que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas e adotarem ação coercitiva tendente a orientar homossexuais para tratamentos não solicitados – ueta, portanto, a prática de terapias

na linha conhecida como “cura gay”. “Essas práticas vedadas se inserem num processo de naturalização, visto em vários espaços, que representa um retrocesso porque traz em si uma proposta que pode desembocar no sofrimento do sujeito, e não na sua autonomia, na sua liberdade”, observa Oliveira. O Tribunal afirma que a Resolução em vigor é coerente com a legislação, a dignidade da pessoa humana e o direito fundamental ao livre exercício profissional.

## Nota técnica reforça proteção à mulher

CFP aprovou orientação profissional de quebra de sigilo em caso de vulnerabilidade extrema, mais uma medida contra o feminicídio

No ano em que a Lei Maria da Penha (11.340/2006) completa uma década, os números mostram que o principal instrumento legal contra a violência doméstica aumentou a visibilidade desse tipo de crime e seu combate na Justiça, mas não bastou para reverter o quadro de riscos que as brasileiras enfrentam. O tema, em sua ligação com o machismo, o racismo e a desigualdade, é um dos eixos da atuação do Conselho Federal de Psicologia (CFP) no contexto dos direitos humanos e foi o centro de diversas ações em 2016.

O 16º Plenário do Conselho aprovou, em novembro, nota técnica de orientação profissional em casos de violência. O documento trata das situações em que deve haver quebra do sigilo profissional, orientando a realização da comunicação externa (denúncia) se a vida da mulher – ou a de seus filhos (as), ou de pessoas próximas – estiver seriamente ameaçada.

Na nota, a autarquia manifesta apoio à adoção dessa medida sem o consentimento da paciente diante de sério risco de feminicídio. São listados

também os fatores indicativos da iminência do crime, e frisado o caráter excepcional, de resposta a vulnerabilidade extrema. Nos demais casos, a prioridade é acolher a paciente e fortalecer sua autonomia, subsidiando suas decisões.

**Confira as orientações > <http://bit.ly/notafem>**

O texto reitera a obrigatoriedade de notificar todos os casos de violência contra a mulher atendidos pelas (os) profissionais de saúde, seja em serviços públicos ou particu-

A argumentação do CFP para se manifestar no caso reúne dados e informações que reforçam a vulnerabilidade da população em questão, a importância de suprir a omissão legislativa no assunto e a relação das (os) psicólogas com essas questões, seja por meio do acolhimento diário ou da pesquisa. O texto lembra a atribuição da autarquia e seu envolvimento com a produção de conhecimento, com destaque para a temática em questão.

“Nossa admissão serve como precedente para outras causas no STF em que o Conselho se apresenta como *amicus curiae*”, observa a advogada Mariana Kreimer Melucci, que responde pela fundamentação.



res. Também diferencia a notificação compulsória (processo interno da Saúde, com fins epidemiológicos, para subsidiar políticas públicas) e a denúncia (remessa à polícia, à Justiça e ao Ministério Público). **Video explica as duas medidas > [bit.ly/video\\_notXcom](http://bit.ly/video_notXcom)**



Ascom CFP

### Articulação

O CFP participa da construção de minuta de resolução sobre quebra de sigilo, processo conduzido pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) com representantes de outros Conselhos Federais (Enfermagem, Medicina e Serviço Social). Para a psicóloga Valeska Zanello, representante do CFP no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), as e os profissionais de saúde têm o dever de evitar a perpetuação do ciclo de vitimização.

“Se a gente não escuta, não acolhe, não atende a situação de violência e não faz referência para a rede, a gente estará apenas medicalizando essas mulheres, ou seja, vai cometer outro tipo de violência com elas: a institucional”, defende.

### Debates e vídeo

A temática foi abordada em debates online, a exemplo do realizado em junho, sobre o papel das psicólogas (os) no enfrentamento desse problema social e desse crime.

A atividade lançou vídeo com o objetivo de sensibilizar os profissio-

nais de saúde no contexto da violência contra a mulher. Uma das principais vias de identificação das agressões está em locais de atendimento como hospitais e centros da rede de atenção à saúde mental.

A peça apresenta os tipos de violência de gênero, o impacto da agressão na saúde mental, a legislação sobre o assunto, os serviços disponíveis e o que a (o) profissional deve fazer ao se deparar com tal situação. Veja > [bit.ly/video\\_psaude](http://bit.ly/video_psaude)

### Contra o estupro

O CFP participou, também em junho, de audiência pública do Senado Federal sobre o combate ao estupro.

Dentre os caminhos defendidos pelas participantes para enfrentar o machismo e a chamada cultura do estupro no país estão: a articulação de políticas em defesa dos direitos das mulheres, a responsabilização da mídia, o aprimoramento legal, o aumento da representação feminina nos espaços de poder e a discussão de gênero nas escolas e universidades.

A violência, segundo as palestrantes, reflete a objetificação da mulher, o preconceito e a cultura machista, que culpabiliza a vítima. “Esse processo é profundo, ele é entranhado, naturalizado”, disse Valeska Zanello. “A interpelação feita pela nossa cultura às mulheres é que elas se coloquem nesse lugar de objeto de desejo. E ela ensina aos homens que as mulheres são objetos disponíveis e (difunde) um tipo de masculinidade que deve ser provada ao consumi-las.”

### Perigo na rua e em casa

#### DADOS E ESTIMATIVAS

35% das mulheres no mundo já foram vítimas de violência física e/ou sexual

Dos 4.762 feminicídios registrados em 2013 no Brasil, 50,3% foram cometidos por familiares

a maioria por parceiros ou ex-parceiros

Uma mulher é estuprada a cada 11 minutos no país

De 2006 a 2015, a Lei Maria da Penha diminuiu 10% a projeção anterior de aumento da taxa de homicídios domésticos

↪ Mas as mortes violentas de mulheres negras subiram 54% entre 2003 e 2013

↪ O país tem taxa de 4,8 homicídios para cada 100 mil mulheres

↪ É o 5º em ranking com 83 países

Fontes: OMS, Ipea, SIM/MS, Flacso

## Contas no azul

Os quadros a seguir mostram os saldos de dezembro de 2013 e dezembro de 2016.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA			
SALDOS BANCÁRIOS		DATA: 20/12/2013	
<b>RECURSOS CFP</b>			
Conta Movimento - BB	201.172-7	R\$	133.784,76
Conta Arrecadação Diária - BB	209.523-8	R\$	-
Investimento Fundo CDB - Conta Arrecadaç.	209.523-8	R\$	34.735,26
Conta Fundo de Reserva - CFP	201.301-0	R\$	137,92
Investimento CDB Fundo de reserva	201.301-0	R\$	0,00
Conta Arrecadação Diária - CEF	30.680-1	R\$	-
Investimento CDB - Conta Arrec. - CEF	30.680-1	R\$	-
<b>TOTAL RECURSOS DO CFP</b>		<b>R\$</b>	<b>168.657,94</b>
<b>RECURSOS DIVERSOS</b>			
Conta Arrecadação Revista	200.563-8	R\$	-
Investimento Fundo CDB - Conta Divulgação	200.563-8	R\$	26.799,42
Poupança - Divulgação	200.563-8	R\$	40.239,09
Conta Fundo Seções	201.335-5	R\$	52.803,58
Investimento Fundo CDB - Conta Fundo de Seções	201.335-5	R\$	-
Fundo de Reserva Devolução de Anuidades	6109-3	R\$	93,11
Conta Recebimento de Convênio Patrocínio 2ª Mostra	6199-9	R\$	-
Conta Convênio Inscrição	6419-X	R\$	-
<b>TOTAL RECURSOS DIVERSOS</b>		<b>R\$</b>	<b>119.935,20</b>
<b>TOTAL DOS RECURSOS GERAIS</b>		<b>R\$</b>	<b>288.593,14</b>

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA			
SALDOS BANCÁRIOS		DATA: 09/12/2016	
<b>RECURSOS CFP</b>			
Conta Movimento - BB	201.172-7	R\$	74.280,62
Conta Arrecadação Diária - BB	209.523-8	R\$	-
Investimento Fundo CDB - Conta Arrecadaç.	209.523-8	R\$	1.683.776,13
Conta Fundo de Reserva - CFP	201.301-0	R\$	-
Investimento CDB Fundo de reserva	201.301-0	R\$	1.463.476,87
Conta Arrecadação Diária - CEF	30.680-1	R\$	-
Investimento CDB - Conta Arrec. - CEF	30.680-1	R\$	-
<b>TOTAL RECURSOS DO CFP</b>		<b>R\$</b>	<b>3.221.533,62</b>
<b>RECURSOS DIVERSOS</b>			
Conta Arrecadação Revista	200.563-8	R\$	5.351,01
Investimento Fundo CDB - Conta Divulgação	200.563-8	R\$	7.141.419,97
Poupança - Divulgação	200.563-8	R\$	51.328,10
Conta Fundo Seções	201.335-5	R\$	644,93
Investimento Fundo CDB - Conta Fundo de Seções	201.335-5	R\$	1.550.236,44
Fundo de Reserva Devolução de Anuidades	6109-3	R\$	86.912,97
Fundo de Reserva Devolução de Anuidades (Aplicação)	6109-3	R\$	984.028,12
Conta Convênio Inscrição	6419-X	R\$	-
<b>TOTAL RECURSOS DIVERSOS</b>		<b>R\$</b>	<b>9.819.921,54</b>
<b>TOTAL DOS RECURSOS GERAIS</b>		<b>R\$</b>	<b>13.041.455,16</b>

## Conhecer o (a) pesquisador (a) e difundir conhecimento científico para a categoria

Seção inaugurada no site do CFP em julho divulga, toda semana, entrevista sobre um artigo da revista Psicologia: Ciência e Profissão

O que a (o) psicóloga (o) brasileira (o) está produzindo do ponto de vista científico? Esse conhecimento está restrito aos muros da academia ou a categoria e a sociedade sabem sobre o que vem sendo publicado? A partir desses questionamentos e da ampla inserção das redes sociais na vida contemporânea, o Conselho Federal de Psicologia (CFP), desde julho de 2016, publica semanalmente uma entrevista com os autores dos artigos da revista Psicologia: Ciência e Profissão (PCP).

A ideia surgiu a partir da participação de servidores do CFP no 24º Curso de Editoração Científica (24º CEC) e 9º Seminário Satélite para Editores Plenos (9º SSEP), realizado na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) em junho, que apontou a relevância do uso das mídias sociais na divulgação de conteúdo de publicações científicas. A partir dessa reflexão, a equipe responsável pela revista decidiu pela divulgação mais ampla do periódico no site e nas redes sociais.

O conselheiro Roberto Cruz, editor da revista, explica que essa ampliação é importante não apenas para que estudantes e categoria conheçam o que está sendo produzido, mas também para contribuir com seu processo de internacionalização junto a públicos do mundo inteiro. “As nossas capacidades foram muito importantes para trazer ideias novas para a revista e a colocarmos no patamar de parâmetros internacionais. Hoje somos Qualis A2 e queremos chegar à qualificação Qualis A1”, reforça Cruz.

## GT da Apaf divulga resultados da pesquisa de Psicologia e Esporte

Levantamento com 306 participantes, realizado de fevereiro a maio de 2016, aponta dados e perspectivas para a especialidade que vem crescendo no país

Após nove anos da Resolução CFP 13/2007, que regulamentou as especialidades na Psicologia, o Grupo de Trabalho (GT) da Assembleia das Políticas da Administração e das Finanças (Apaf) de Psicologia e Esporte elaborou, a partir das demandas dos representantes dos Conselhos Regionais e de Grupos de Profissionais da área, um Censo da Psicologia do Esporte.

O objetivo foi conhecer quem são, onde estão, qual a formação e as necessidades das (os) profissionais que atuam na área. Com os dados coletados, a autarquia e as (os) profissionais poderão debater diretrizes e referências para o exercício profissional. A pesquisa foi realizada entre os meses de fevereiro e maio de 2016 e contou com 306 participantes, sendo 40,52% estudantes e 56,21% profissionais.

Segundo Luciana Ferreira Ângelo, integrante do Coletivo Ampliado do Conselho Federal de Psicologia (CFP),

a iniciativa deve suscitar outras daqui em diante. “A equipe do GT Psicologia e Esporte entende que a pesquisa pode ser refeita periodicamente, pois o mercado de trabalho está em constante modificação, tendendo a abarcar profissionais atuantes, que não necessariamente participaram desta primeira pesquisa”, ressaltou.

### Dados quantitativos

De acordo com a pesquisa, geograficamente, as (os) psicólogas (os) do Esporte estão distribuídos nas seguintes regiões: 36,36% no Sudeste; 29,09% no Nordeste; 19,09% no Sul; 12,72% no Centro-Oeste; e 2,72% no Norte.

Na formação acadêmica, 43,56% apontaram a Psicologia como formação na graduação. No entanto, dentre as instituições formadoras (190 em todo território nacional citadas pelos participantes), poucas apresentam na sua grade curricular (9,48%) a matéria Psicologia do Es-

porte, como optativa ou obrigatória ou mesmo como campo de estágio. Dos 27,45% dos participantes que responderam negativamente à presença da especialidade na grade, 20,26% informaram que gostariam de ter a disciplina na graduação.

Nas condições de trabalho, dos 306 participantes, 56,54% indicaram que atuam com a Psicologia do Esporte em áreas como ensino, pesquisa e intervenção. O contrato de trabalho dos profissionais se dá de distintas formas, refletindo a realidade do mercado de trabalho da especialidade.

O campo de atuação mais indicado pelos participantes foi o alto rendimento (25,62%), seguido de iniciação esportiva (19,40%), Psicologia Clínica do Esporte (17,91%) e projetos sociais (14,18%). Com menos expressividade, foram citados os campos da atividade física e lazer, reabilitação e pesquisa.

### Dados Qualitativos

Nos dados qualitativos, foram

### Condições para submissão de artigos

Quem quiser submeter um artigo para publicação na Revista Psicologia: Ciência e Profissão deve acessar o site <http://www.scielo.br/revistas/pcp/pinstruc.htm>, da plataforma da SciELO.

No endereço, na seção “Apresentação formal de manuscrito”, acesse o link <http://submission.scielo.br/index.php/pcp/about/submissions#authorGuidelines>. Lá constam o link para fazer o cadastro na revista, caso você ainda não tenha, e o link de login para envio dos artigos.



expostas as dificuldades, soluções possíveis e perspectivas. No primeiro ponto, foram identificadas carências na formação e qualificação profissional, bem como na divulgação da especialidade junto à sociedade. As (os) participantes apontaram também obstáculos para inserção em equipes multidisciplinares e comissões técnicas.

Entre as soluções apresentadas pelas (os) participantes, estão o investimento na formação acadêmica e profissional desde a graduação; aproximação da Psicologia a áreas afins para ser presente e compreendida; fomento, por parte do Sistema Conselhos, de espaços de discussão e parceria com instituições que abordam a especialidade, incluindo representatividade legislativa, para influenciar projetos de lei sobre o tema e favorecer encontros científicos e profissionais em regiões distintas do país.

## Processos éticos

**PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFP Nº 495/2016 - ORIGEM - CRP-06 (102/2012):**

EMENTA - Irregularidade no atendimento clínico.  
 DECISÃO CRP: Censura pública  
 DECISÃO CFP: Advertência  
 DATA DO JULGAMENTO: 13/05/2016  
 PRESIDENTE DA SESSÃO: Mariza Monteiro Borges  
 RELATORIA: Maria da Graça Corrêa Jacques

**PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFP Nº 496/2016 - ORIGEM - CRP-08 (018/2014):**

EMENTA - Irregularidade no atendimento clínico.  
 DECISÃO CRP: Cassação  
 DECISÃO CFP: Retorno dos autos ao CRP-08 para novo julgamento.  
 DATA DO JULGAMENTO: 13/05/2016  
 PRESIDENTE DA SESSÃO: Mariza Monteiro Borges  
 RELATORIA: Viviane Moura de Azevedo Ribeiro

**PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFP Nº 613/2016 - ORIGEM - CRP-09 (010/2014):**

EMENTA - Laudo psicológico sem fundamentação técnica e científica.  
 DECISÃO CRP: Advertência  
 DECISÃO CFP: Retorno dos autos ao CRP-09 para novo julgamento.  
 DATA DO JULGAMENTO: 13/05/2016  
 PRESIDENTE DA SESSÃO: Mariza Monteiro Borges  
 RELATORIA: Madge Porto Cruz

**PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFP Nº 758/2016 - ORIGEM - CRP-06 (096/2013):**

EMENTA - Laudo psicológico sem fundamentação técnica e científica.  
 DECISÃO CRP: Advertência  
 DECISÃO CFP: Advertência  
 DATA DO JULGAMENTO: 13/05/2016  
 PRESIDENTE DA SESSÃO: Mariza Monteiro Borges  
 RELATORIA: Vera Lúcia Morselli

**PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFP Nº 759/2016 - ORIGEM - CRP-06 (008/2012):**

EMENTA - Laudo psicológico sem fundamentação técnica e científica.  
 DECISÃO CRP: Censura pública  
 DECISÃO CFP: Censura pública  
 DATA DO JULGAMENTO: 10/06/2016  
 PRESIDENTE DA SESSÃO: Mariza Monteiro Borges  
 RELATORIA: João Baptista Fortes de Oliveira

**PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFP Nº 807/2016 - ORIGEM - CRP-06 (030/2012):**

EMENTA - Laudo psicológico sem fundamentação técnica e científica.  
 DECISÃO CRP: Arquivamento  
 DECISÃO CFP: Arquivamento  
 DATA DO JULGAMENTO: 10/06/2016

PRESIDENTE DA SESSÃO: Mariza Monteiro Borges  
 RELATORIA: Rogério de Oliveira Silva

**PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFP Nº 756/2016 - ORIGEM - CRP-06 (115/2012):**

EMENTA - Infração ao sigilo profissional.  
 DECISÃO CRP: Cassação  
 DECISÃO CFP: Cassação  
 DATA DO JULGAMENTO: 10/06/2016  
 PRESIDENTE DA SESSÃO: Mariza Monteiro Borges  
 RELATORIA: Rogério de Oliveira Silva

**PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFP Nº 933/2016 - ORIGEM - CRP-12 (362/2013):**

EMENTA - Infração ao sigilo profissional.  
 DECISÃO CRP: Censura pública  
 DECISÃO CFP: Censura pública  
 DATA DO JULGAMENTO: 10/06/2016  
 PRESIDENTE DA SESSÃO: Mariza Monteiro Borges  
 RELATORIA: Dorotéia Albuquerque de Cristo

**PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFP Nº 1016/2016 - ORIGEM - CRP-03 (004/2015)**

EMENTA - Irregularidade na venda de testes psicológicos.  
 DECISÃO CRP: Multa  
 DECISÃO CFP: Arquivamento  
 DATA DO JULGAMENTO: 22/07/2016  
 PRESIDENTE DA SESSÃO: Mariza Monteiro Borges  
 RELATORIA: Eliandro Rômulo Cruz Araújo

**PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFP Nº 958/2016 - ORIGEM - CRP-06 (101/2012)**

EMENTA - Laudo psicológico sem fundamentação técnica e científica.  
 DECISÃO CRP: Arquivamento  
 DECISÃO CFP: Arquivamento  
 DATA DO JULGAMENTO: 22/07/2016  
 PRESIDENTE DA SESSÃO: Mariza Monteiro Borges  
 RELATORIA: Maria da Graça Corrêa Jacques

**PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFP Nº 1145/2016 - ORIGEM - CRP-04 (007/2010)**

EMENTA - Aplicação de prática não reconhecida pela profissão.  
 DECISÃO CRP: Advertência  
 DECISÃO CFP: Advertência  
 DATA DO JULGAMENTO: 22/07/2016  
 PRESIDENTE DA SESSÃO: Mariza Monteiro Borges  
 RELATORIA: Sérgio Luís Braghini

**PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFP Nº 1436/2016 - ORIGEM - CRP-07 (012/2013):**

EMENTA - Laudo psicológico sem fundamentação técnica e científica.  
 DECISÃO CRP: Exclusão liminar da denúncia  
 DECISÃO CFP: Arquivamento

DATA DO JULGAMENTO: 22/07/2016  
 PRESIDENTE DA SESSÃO: Mariza Monteiro Borges  
 RELATORIA: Madge Porto Cruz

**PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFP Nº 1486/2016 - ORIGEM - CRP-06 (131/2013):**

EMENTA - Laudo psicológico sem fundamentação técnica e científica.  
 DECISÃO CRP: Arquivamento  
 DECISÃO CFP: Arquivamento  
 DATA DO JULGAMENTO: 22/07/2016  
 PRESIDENTE DA SESSÃO:  
 RELATORIA: Vera Lúcia Morselli

**PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFP Nº 423/2016 - ORIGEM - CRP-08 (024/2014):**

EMENTA - Laudo psicológico sem fundamentação técnica e científica.  
 DECISÃO CRP: Exclusão liminar da denúncia  
 DECISÃO CFP: Instauração de processo disciplinar ético  
 DATA DO JULGAMENTO: 19/08/2016  
 PRESIDENTE DA SESSÃO: Mariza Monteiro Borges  
 RELATORIA: João Carlos Alchieri

**PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFP Nº 1504/2016 - ORIGEM - CRP-04 (020/2012):**

EMENTA - Laudo psicológico sem fundamentação técnica e científica.  
 DECISÃO CRP: Exclusão liminar da denúncia  
 DECISÃO CFP: Arquivamento  
 DATA DO JULGAMENTO: 19/08/2016  
 PRESIDENTE DA SESSÃO: Mariza Monteiro Borges  
 RELATORIA: Roberto Moraes Cruz

**PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFP Nº 1546/2016 - ORIGEM - CRP-06 (109/2013):**

EMENTA - Laudo psicológico sem fundamentação técnica e científica.  
 DECISÃO CRP: Advertência  
 DECISÃO CFP: Advertência  
 DATA DO JULGAMENTO: 19/08/2016  
 PRESIDENTE DA SESSÃO: Mariza Monteiro Borges  
 RELATORIA: Dorotéia Albuquerque de Cristo

**PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFP Nº 1505/2016 - ORIGEM - CRP-06 (112/2012):**

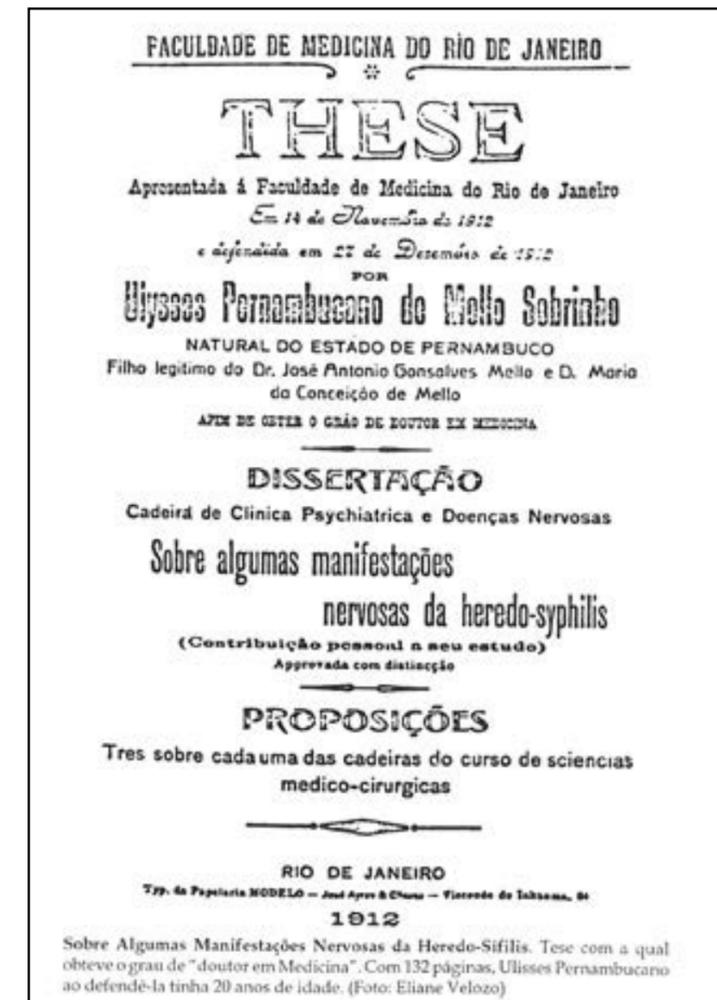
EMENTA - Laudo psicológico sem fundamentação técnica e científica.  
 DECISÃO CRP: Arquivamento  
 DECISÃO CFP: Arquivamento  
 DATA DO JULGAMENTO: 19/08/2016  
 PRESIDENTE DA SESSÃO: Mariza Monteiro Borges  
 RELATORIA: Lurdes Perez Oberg

## Como lidar com a Saúde Mental? A situação de hoje e de ontem

A Reforma Psiquiátrica busca substituir a assistência em instituições totais por uma rede de serviços de atenção psicossocial de base comunitária; desconstruir e reconstruir em novas bases saberes e práticas em Saúde Mental; transformar as relações sociais que sustentam a discriminação, a negligência e a violência para com

pessoas com transtorno mental e/ou com uso de drogas, e seus familiares.

Hoje, nos quase 40 anos de lutas pela reforma psiquiátrica no Brasil, temos muitas conquistas: no plano legal e normativo (Lei 10.216 de 2001 e múltiplas portarias); na implantação de uma Rede de Atenção Psicossocial (Raps) in-



tegrada ao SUS, com variados dispositivos e serviços, e distribuída em todo o território nacional; na experimentação, implantação e sistematização de diversificados dispositivos intersetoriais, terapêuticos, jurídicos, sociais, culturais e de trabalho, que incidem sobre a saúde mental das pessoas.

O último balanço publicado (2015, dados de dez/2014) revelou uma rede com 2.209 Centros de Atenção Psicossocial (Caps); 156 unidades de acolhimento existentes ou em construção; 899 serviços residenciais em funcionamento ou

já habilitados; 4349 pessoas com bolsas do Programa de Volta para Casa e 1008 iniciativas de geração de renda.

Em 1990, tínhamos cerca de 96% dos recursos em Saúde Mental investidos em serviços do tipo manicomial, e em 2013, cerca de 80% dos recursos já estavam destinados a serviços comunitários. Na estratégia brasileira, o processo de substituição tem sido gradual e responsável, para evitar a desassistência. A Organização Mundial de Saúde reconhece que hoje o Brasil, a despeito dos seus de-

safios e problemas, constitui uma referência para países do tipo continental.

Temos ainda múltiplos desafios, como aumentar a oferta de serviços efetivamente substitutivos, como os Caps III, com acolhimento noturno e aberto 7 dias por semana; aumentar a oferta e efetividade de serviços/dispositivos públicos para usuários de álcool e drogas, particularmente de crack; aumentar a cobertura em áreas mais remotas, como várias na Amazônia; a melhorar a integração com a rede de atenção primária em saúde promover a desinstitucionalização em polos manicomial remanescentes.

**Ulisses Pernambucano: um pioneiro**

Diante deste quadro, é mister perguntar como, em outros momentos da história, se lidou com a questão da Saúde Mental. Buscamos a resposta investigando o trabalho de Ulisses Pernambucano de Mello Sobrinho, que nasceu no Recife em 1892. Com apenas 20 anos formou-se em Medicina, no Rio de Janeiro. Nos últimos anos do curso, foi acadêmico interno do Hospital Nacional de Alienados, recebendo forte influência do Dr. Juliano Moreira. A vida e a obra de Ulisses Pernambucano têm a marca do pioneirismo.

Em 1918, é criada no Recife a cadeira “Psicologia e Pedagogia” na Escola Normal Oficial do Estado, constituindo-se no marco do início oficial da Psicologia em Pernambuco. Ulisses concorre com a monografia “Classificação das crianças anormais: a parada do desenvolvimento intelectual e suas formas; a instabilidade e a astenia mental”, tida como a primeira tese brasileira no campo da deficiência mental. De 1923 a 1927, exerce a direção dessa escola e funda, em 1925, uma escola pioneira nessa especialidade, anexa à Escola Normal e que, em outra estrutura organizacional, ainda continua em

funcionamento (2016).

Em 1925, funda o Instituto de Psicologia do Recife, considerado a primeira instituição cientificamente autônoma a funcionar regularmente no Brasil. O Instituto realiza um amplo programa de padronização de testes, avaliações psicológicas, seleção e orientação profissionais. Paralelamente, passa a dirigir o Hospital de Doenças Nervosas e Mentais (1924-1926), anteriormente chamado Hospital de Alienados.

Ao assumir pela segunda vez a direção do Hospital (1931 a 1935), criou um audacioso projeto de reestruturação de todo o serviço psiquiátrico estadual, através da criação da Assistência a Psicopatas de Pernambuco. Implementou uma ousada reforma psiquiátrica, fugindo do vigente modelo hospitalocêntrico. Para tanto, funda um ambulatório público para realizar assistência psiquiátrica extra-hospitalar, utiliza em larga escala a laborterapia (hoje terapia ocupacional), introduz a hidroterapia, cria um dos primeiros serviços públicos da higiene mental no Brasil, funda revistas e periódicos, aborda publicamente orientações preventivas, promove trabalho de acompanhamento às famílias dos internos por meio de visitadoras (hoje assistentes sociais), mantendo os vínculos extra-hospitalares dos internos, entre outras ações. Pode-se ver, nessas iniciativas, as sementes de uma visionária política antimanicomial.

Paralelamente, desenvolve atividades docentes na Faculdade de Medicina. Em 1934 preside, no Recife, o “1º Congresso Afro-Brasileiro” idealizado por seu primo e amigo Gilberto Freyre. A sua defesa de minorias marginalizadas começa a incomodar e é denunciado como “subversivo”. É arbitrariamente preso e fica detido por 60 dias na Casa de Detenção da capital pernambucana. Falece prematuramente, de enfarto fulminante, em 1943, no Rio de Janeiro.



**Eduardo Mourão Vasconcelos** é graduado em Psicologia, mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (1985), doutor em políticas sociais pela London School of Economics (1992) e pós-doutor na Anglia Ruskin University. Professor associado aposentado da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

**Adailson Medeiros** é mestre em Psicologia Cognitiva. Professor aposentado do Departamento de Psicologia da UFPE. Atual docente da Faculdade de Ciências Humanas de Olinda (FACHO).